

DF Cidade

ESTRUTURAL

Moradores deixam para o carnaval a comemoração pelo reconhecimento oficial da invasão e querem saneamento e escolas. Regularização fundiária ainda depende de estudos ambientais

A hora da cobrança

Carolina Nogueira e
Dante Accioly
Da equipe do Correio

A Estrutural não é mais uma favela. Pelo menos no papel. O presidente da Câmara Legislativa, deputado Gim Argello (PMDB), promulgou ontem a lei que autoriza a fixação das cinco mil famílias que moram na área próxima ao aterro sanitário. A promulgação é um aceno político importante em favor da legalização da invasão. Mas a demarcação de lotes e o asfaltamento de ruas é algo que ainda deve levar tempo.

As ruas continuam cobertas de lama. A poeira fina insiste em invadir as casas de madeira. Os moradores ainda esperam que a maior invasão do Distrito Federal ganhe contornos de cidade de verdade. O motorista Júlio César dos Santos tem 28 anos e vive há sete na Estrutural. Ele diz que nunca perdeu a esperança e sempre acreditou que a legalização da área chegaria. "Mas agora quero ver este lugar urbanizado, com rua asfaltada, água e esgoto".

Júlio César compara os moradores da Estrutural a um rebanho de ovelhas guiadas por um mau pastor. "O dono do rebanho cerca todas as ovelhas num curral e deixa que elas fiquem lá dentro morrendo de fome e sede. Não adianta só legalizar a Estrutural: quem está aqui dentro do cercado precisa de segurança, saúde e telefone".

IMPACTO AMBIENTAL

A lei promulgada ontem não muda o cotidiano da Estrutural. Por ser apenas autorizativa, ela não obriga o governo a regularizar a situação fundiária dos 5 mil lotes nem a implementar na nova cidade obras de infra-estrutura. A lei sequer prevê um prazo para que isto seja feito. "O governo está autorizado a regularizar, mas isso não permite que o faça sem que as exigências prévias sejam cumpridas", explica a gerente regional do Ibama no DF, Eulália Machado.

Antes de sair do papel, a regularização depende de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) — o que nunca aconteceu na Estrutural. O resultado do EIA pode até sugerir a completa desocupação da área. Isso porque a antiga invasão fica colada à cerca do Parque Nacional de Brasília — importante unidade de conservação ambiental do DF.

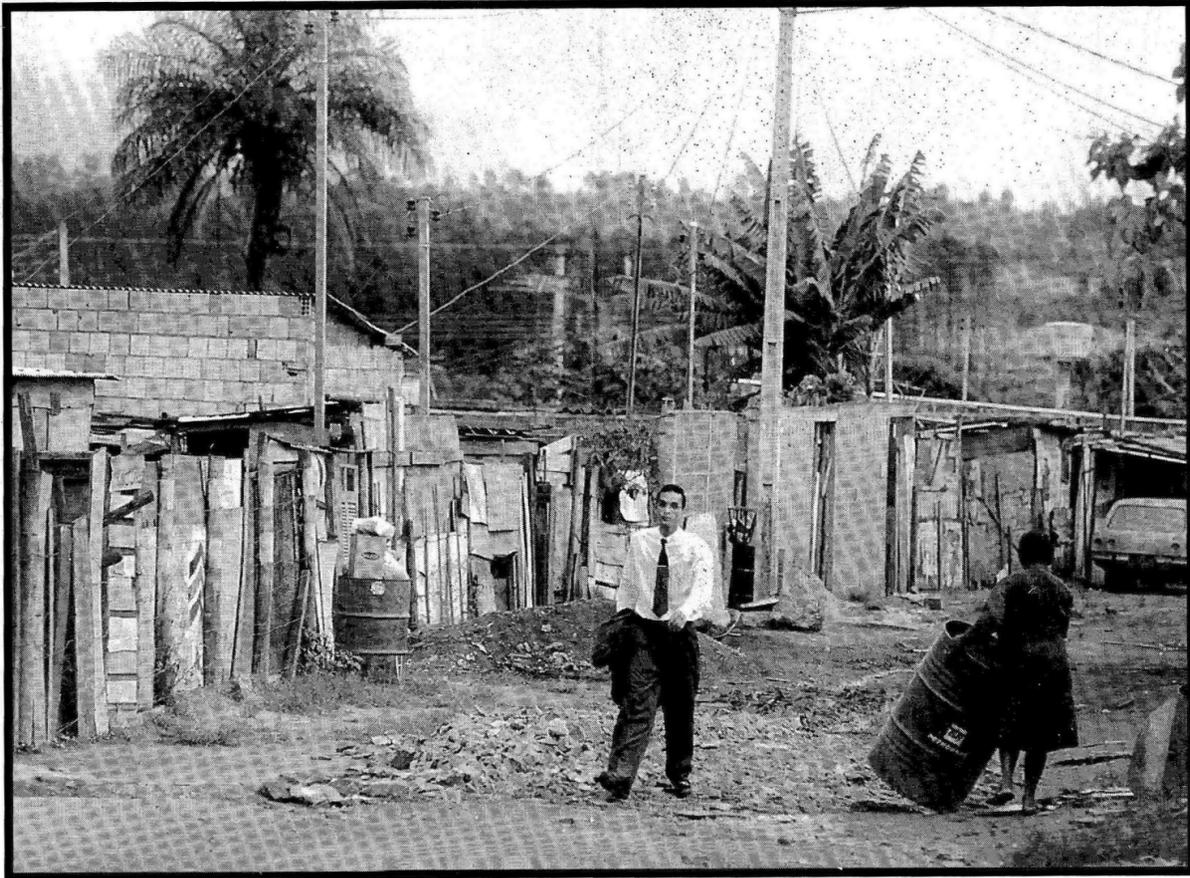
O procurador do Meio Ambiente do Ministério Público Federal, Alexandre Camanho, promete mover ações judiciais contra o governo caso a regularização efetiva da Estrutural atropelasse a legislação ambiental. "Fazer qualquer obra de infra-estrutura antes dos estudos técnicos é cometer crime de improbidade administrativa. Quero ver o administrador público que vai correr o risco de perder os direitos políticos em pleno ano eleitoral", provoca.

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), Ivelise Longhi, já procurou a gerência local do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para definir os critérios que vão orientar a realização do EIA. Agora cabe ao GDF convocar uma licitação para definir a empresa que vai executar o trabalho.

CARNAVAL

Os moradores da Estrutural não comemoraram a promulgação da lei. A festa está prevista para o sábado de carnaval, 10 de fevereiro. "Vamos contratar um trio elétrico e levar a população para a praça central da cidade", promete Orison Leite Ramalho. Ele é o gerente de Estudos e Controle de Expansão da Vila Estrutural — uma espécie de "administrador regional" da antiga invasão.

Ronaldo de Oliveira



MORADORES NA RUA: TARDE NORMAL NO DIA EM QUE A CÂMARA LEGISLATIVA PROMULGOU A LEI QUE RECONHECE A FIXAÇÃO DA INVASÃO DA ESTRUTURAL

MEMÓRIA

Políticos incentivaram a invasão

Os primeiros ocupantes da invasão da Estrutural foram dez famílias que se instalaram na região do Lixão, ao lado do Parque Nacional de Brasília, na época da criação do Distrito Federal.

Em dezembro de 1994, a invasão já registrava 528 famílias. Em 1995, fracassou a primeira tentativa de regularizar a Estrutural. Depois de ter sido aprovado pela Câmara Legislativa, o projeto de lei do então

deputado Luiz Estevão (PMDB) foi vetado pelo governador Cristovão Buarque.

Em julho de 1997, incentivados por políticos, novos invasores começam a inchar a Estrutural. Durante este período, foram registrados episódios de violência na tentativa de retirar os moradores. Em agosto de 1998, um policial militar e cinco invasores acabaram morrendo nestes confrontos.

Com a volta do governo de Joaquim Roriz, em 1999, a ideia de regularizar a invasão foi retomada. Um projeto de lei do deputado José Edmar (PMDB) foi aprovado pela Câmara Legislativa em março de 1999,

mas acabou vetado por Roriz.

Em dezembro de 2000, a Estrutural já abrigava mais de cinco mil famílias. A falta de estrutura sanitária fez da favela o maior foco de dengue do DF em fevereiro de 2001, com mais de 80 casos confirmados.

Em novembro de 2001, o deputado José Edmar apresentou um novo projeto de regularização, aprovado um mês depois. Depois de aprovado, o projeto foi enviado para Roriz, que deveria sancioná-lo ou vetá-lo. O governador não fez uma coisa nem outra. Em casos como esse, a lei é promulgada pela Câmara Legislativa, o que acabou acontecendo ontem.

Ricardo Borba



ROSINETE (C), HÁ DEZ ANOS NA ESTRUTURAL: "APRENDI A GOSTAR DAQUI"

demorar menos de oito meses para ficar pronta.

O comerciante Gilberto Barbosa dos Santos, de 41 anos, não tem pressa. Ele é dono de um depósito de material de cons-

trução na Estrutural. Gilberto percebe que — aos poucos — os barracos de madeirite dão lugar a casas de alvenaria. "Não param de construir por aqui. Tem construção em toda parte".

Cimento, areia grossa, tijolo furado, brita, ferro. Os carregamentos saem do depósito de Gilberto Barbosa e se espalham pelas 17 quadras da antiga invasão. O comerciante está empolgado com a promulgação da lei que autoriza a fixação das famílias na área. "Quem tinha receio de gastar dinheiro para erguer a casa de tijolo e cimento agora vai se animar". Melhor para ele.

LONGO CAMINHO

A lei que regulariza a invasão da Estrutural é apenas autorizativa: dá ao GDF o poder de legalizar a invasão, mas não sem antes atender a outras normas para fixação do assentamento. Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) providenciar os estudos de impacto ambiental. Depois disso, o GDF abre licitação para contratar a empresa que fará um levantamento completo da área. O estudo é avaliado por uma subcomissão composta por representantes do Ibama e do próprio GDF. Depois de aprovada em audiência pública, o análise é levada ao Conselho de Meio Ambiente (Conam) do Distrito Federal, a quem cabe referendar ou não a autorização para regularizar a Estrutural.

TIRA-DÚVIDA

POR QUE A ESTRUTURAL NÃO DEVERIA SER LEGALIZADA?

1 Porque é vizinha ao Parque Nacional de Brasília.

— No parque, estão nascentes que contribuem para o abastecimento de água de um terço da população do Distrito Federal. Nunca foi feito um estudo de impacto ambiental na região. Ambientalistas temem que a ocupação urbana acabe por contaminar os lençóis freáticos.

2 Porque tem um gasoduto no subsolo.

— Além das restrições ambientais, as cinco mil casas da Estrutural ocupam uma área de segurança: existe um poliduto da Petrobrás sob o terreno. Mensalmente, 70 milhões de litros de diesel e gasolina passam pelos dutos subterrâneos, expondo os invasores ao risco de explosão e contaminação. Uma lei federal exige uma distância mínima de 15 metros entre o sistema e qualquer tipo de construção, o que é solenemente descumprido no local.

3 Porque é vizinha ao Lixão.

— Na época da fundação de Brasília, um grupo de dez famílias já ocupava o local, vivendo dos restos que encontrava. O adensamento urbano na região, onde vivem hoje 20 mil pessoas, agravou a situação de miséria daqueles moradores.

4 Porque o local estava destinado a um setor de indústrias.

— De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), a região ocupada pela Estrutural é prevista como Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Scia) e deveria ser destinada à instalação de empresas. Com o loteamento irregular, só a primeira etapa do setor foi implantada.

VISITA AO CORREIO

Esteve, ontem, em visita a este jornal o embaixador Louis Kuo Kuo Ruey Chou, representante do Escritório Econômico e Cultural de Taipei em Brasília. O diplomata taiwanês fez-se acompanhar da segunda secretária do Escritório Vivia Chang. O presidente do Correio Braziliense, jornalista Paulo Cabral recebeu os visitantes.

CÂMARA DEPUTADOS DISTRITAIS VOLTAM AO TRABALHO

O secretário de Governo do Distrito Federal, Benjamin Roriz, abrirá hoje os trabalhos da Câmara Legislativa em 2002. Depois de um mês de recesso, os deputados voltam ao plenário para ouvir do secretário um balanço do governo em 2001 e os planos para este ano. É a primeira atividade do Legislativo em 2002, que promete ser um ano atribulado por causa das eleições de outubro. "Vamos ter de trabalhar muito no primeiro semestre, porque depois vai ficar complicado com a proximidade das eleições", prevê o líder do governo na Câmara, deputado Benício Tavares (PTB). Na próxima semana, os parlamentares iniciam a votação de projetos e a análise dos vetos do governador Joaquim Roriz a propostas aprovadas no final do ano passado.

O NÚMERO

GASTOS

R\$ 140 MILHÕES

é quanto a Câmara Legislativa tem para gastar este ano, segundo o orçamento aprovado em dezembro

OBITUÁRIO

SEPULTAMENTOS EM 31 DE JANEIRO

Plano Piloto
Olga Fialho da Silva, 95 anos
Joaquina Maria de Souza Mauro, 82 anos
Maria Inez Santos, 52 anos
Maria de P. Pacheco, 71 anos
Sebastião G. de Sena, 62 anos
Alcina Lamego, 91 anos
Maria Oneida Parreira, 51 anos
Everaldo Cruz Fontes, 49 anos
Rui Calvim Guimarães, 49 anos
Benedito L. dos Santos, 74 anos
Maria Carolina dos Santos Motta, 79 anos
Paulo João B. Pereira, 40 anos

Gama
Francisco Pinto da Silva, 88 anos
Edeia Joana de Jesus, 53 anos
Josefa S. de Oliveira, 82 anos
Elulcio Luis Oliveira, 29 anos

Taguatinga
Honorina Pinto Santos, 88 anos
Maria Isabel de Lima, 83 anos

Sobradinho
Adelson Gomes da Silva, 40 anos

Planaltina
Joel Ferreira de Oliveira, 29 anos
João Lopes Terrão, 78 anos